



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE MATERIAL - NUMAT/SELOG/SR/PF/PE

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 22176117/2022- NÚCLEO DE MATERIAL - NUMAT/SELOG/SR/PF/PE

Processo nº 08400.004677/2022-30

1. **DO OBJETO**

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de água mineral natural potável de mesa acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros, classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, com lacre de segurança intacto, invólucro de plástico, rótulo contendo todas as informações necessárias para controle de qualidade, validade e data de engarrafamento, de acordo com o estabelecido na Resolução ANVISA RDC/MS nº 054, de 15/06/2000 e portaria DNPM nº 387/2008 e n.º 358/2009, para atender as necessidades da Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco. Os endereços para as entregas dos garrações estão discriminados abaixo:

- Endereço para as entregas das águas na SEDE, localizada na cidade de **Recife: Superintendência de Polícia Federal no Estado em Pernambuco - Centro de Treinamento/Depósito (DNIT) - BR-101, S/N - Km 69,8 - Curado, Recife - PE, CEP: 51240-340.**
- Endereço para as entregas das águas na Delegacia de Polícia Federal em **Salgueiro: Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro/PE, Rua Carlos Soares de Brito - Centro - Salgueiro - PE - CEP: 56000-000.**
- Endereço para as entregas das águas na cidade de **Caruaru: Delegacia de Polícia Federal em Caruaru/PE, av. dr. Pedro Jordão , n º 532. CEP: 55012-640.**

Em seus diversos setores operacionais e de apoio dos prestadores de serviços terceirizados de Manutenção, Limpeza e Vigilância conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

1.3. Os custos máximos estimados da contratação, no quadro do item 1 foram apurados mediante pesquisa orçamentária de cotações no Banco de Preços, com a escolha da média dos valores apresentados nas propostas orçamentárias, conforme apresentamos no Anexo I - Mapa Comparativo de Preços (SEI 24128212).

1.4. O consumo está ESTIMADO conforme apresentado no quadro de ESTIMATIVAS de consumo apresentado a seguir:

1.5. O consumo está **ESTIMADO** conforme apresentado no quadro de **ESTIMATIVAS** de consumo apresentado a seguir:

O consumo está **ESTIMADO** conforme apresentado no quadro de **ESTIMATIVAS** de consumo apresentado a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Requisição Mínima por Pedido Mensal (ESTIMADA)	Requisição Máxima por Pedido Mensal (ESTIMADA)	Quantidade Máxima Total da Aquisição (ESTIMADA)	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Máximo Aceitável	Margem de Preferência
1	Fornecimento de água mineral natural potável de mesa acondicionada em		Galão	50	150	1.800	R\$ 5,11	R\$ 9.198.00	

	garrações de 20 (vinte) litros, classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, com lacre de segurança intacto, invólucro de plástico, rótulo contendo todas as informações necessárias para controle de qualidade, validade e data de engarrafamento, de acordo com o estabelecido na Resolução ANVISA RDC/MS nº 054, de 15/06/2000 e portaria DNPM nº 387/2008 e n.º 358/2009, para atender as necessidades da Sede em Recife da Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco.		de 20 litros						Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06
2	Fornecimento de água mineral natural potável de mesa acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros, classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, com lacre de segurança intacto, invólucro de plástico, rótulo contendo todas as informações necessárias para controle de qualidade, validade e data de engarrafamento, de acordo com o estabelecido na Resolução ANVISA RDC/MS nº 054, de 15/06/2000 e portaria DNPM nº 387/2008 e n.º 358/2009, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro da Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco.		Galão de 20 litros	10	50	600	R\$ 7,95	R\$ 4.770,00	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06
3	Fornecimento de água mineral natural potável de mesa acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros, classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, com lacre de segurança intacto, invólucro de plástico, rótulo contendo todas as informações necessárias para controle de qualidade, validade e data de engarrafamento, de acordo com o estabelecido na Resolução ANVISA RDC/MS nº 054, de 15/06/2000 e portaria DNPM nº 387/2008 e n.º 358/2009, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal em Caruaru da Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco.		Galão de 20 litros	10	50	600	R\$ 6,78	R\$ 4.068,00	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06

1.6. O prazo de vigência da Contratação é de **12 (doze) meses**, contados **da homologação da Dispensa**, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.6.1. O prazo de 12 (doze) meses é estabelecido para abranger todo o período de vigência da dispensa e para abranger, também, todas as entregas, de forma fracionada, dos galões solicitados ao longo de toda a vigência.

1.6.2. A forma de entrega fracionada dos galões está descrita no item 6 deste Termo de Referência.

1.6.3. Ao se iniciar o período de vigência, a contratante poderá começar a solicitar a entrega dos galões (conforme descrito no item 6 deste Termo de Referência) e, ao final do período de cada mês, a empresa encaminhará, para o setor NUMAT/SELOG/SR/PF/PE, a Nota Fiscal contemplando a quantidade de galões entregues no Edifício Sede da SR/PF/PE e juntamente com o relatório anexado aos comprovantes de entrega.

1.7. Especificações da água mineral:

1.7.1. A água mineral a ser adquirida é a classificada segundo o código da Águas Minerais como potável de mesa, sem gás, com lacre de segurança, rótulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, com validade do produto da data do engarrafamento, em conformidade com a legislação vigente.

1.7.2. A água especificada deverá ser fornecida em garrafão de policarbonato de 20 litros, lacrados, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto.

1.7.3. Atender os padrões bacteriológicos de potabilidade, conforme laudo de órgão oficial ou outra instituição autorizada, que deve ser apresentado.

1.7.4. O material deve atender às qualificações estabelecidas nas Resoluções RDC Nº275/2005 ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária, dos últimos 12 (doze) meses (Laudos de Análise Bacteriológicas de acordo com as características microbiológicas) e Resolução RDC Nº274/2005, ANVISA, com data não superior a um ano (Laudo de Certificação de Limites para Substâncias Químicas que representam risco à saúde).

1.7.5. A água mineral deverá ser embalada obedecendo aos padrões de composição e rotulagem, inclusive aprovação pelo órgão competente, conforme estabelece a Portaria nº 470/1999 – MME, o Decreto-Lei nº 7.841/1945, alterado pela Lei nº 6.726/1979, com especial atenção para o respectivo art. 29, bem como em consonância com Resolução ANVISA RDC/MS n. 054/2000, art. 9.

1.7.6. Também será indispensável a comprovação do registro do produto no órgão de vigilância sanitária competente, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada RDC nº 278/2005 da ANVISA, Anexo II.

1.7.7. Segue abaixo o relatório de consumo:

**RELATÓRIO DE CONSUMO**  
**CONSUMO ÁGUA MINERAL EM GALÕES DE 20 (VINTE) LITROS**  
**(FONTE: PLANILHA DE REGISTRO DE CONSUMO DE ÁGUA MINERAL DA SEDE E DAS DELEGACIAS DA SR/PF/PE)**

<b>Mês de Referência/Ano</b>	<b>Quantidade de Galões</b>
01/2019	150
02/2019	164
03/2019	161
04/2019	192
05/2019	163
06/2019	182
07/2019	181
08/2019	183
09/2019	162
10/2019	181
11/2019	172
12/2019	192
Total de consumo do Ano	1.983
Média mensal	165,25
Estimativa com 50% na quantidade total (item 2.5 do TR) para um prazo de 1 ano, em virtude do aumento e descentralização das unidades da sede SRPE desde o último contrato.	1.983 + 50 % = 2.974,50

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (SEI 24558041 ), apêndice deste Termo de Referência;

2.2. A aquisição em tela atenderá às necessidades de abastecimento da Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco, conforme especificações e quantidades estimadas na tabela do item 1.5;

2.3. Foi realizado levantamento do consumo no período de 12 meses - 01 de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2019 (utilizando-se de período com quantidade de consumo típico, anterior à redução atípica dos anos de 2020 e 2021 por questões de restrições sanitárias no estado de Pernambuco), porém, levando-se em consideração um aumento de consumo nos anos de 2020, 2021 e 2022, previsto nos setores de retaguarda de atendimento ao público das Unidades da Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco, é necessário que haja um reforço na quantidade estimada em detrimento ao período de consumo na sede em Recife é de 97 garrações por mês, totalizando 1.164 por ano. A mesma base foi utilizada para as Delegacias de Salgueiro e Caruaru, que totalizam um consumo de 68 por mês (34 cada DPF), totalizando 816 unidades por ano. O total para as três unidades fica em 1.983. Dessa forma, com o aumento de consumo da Unidade sede e a diminuição do consumo nas delegacias, adotamos o aumento de 50 % em toda a quantidade, sendo majoritariamente no valor de consumo da Sede da SRPE para o período 2022/2023.

2.4. A média mensal de consumo dos últimos 12 meses típicos (conforme explicado no subitem acima), foi de 165,25 unidades de galões de 20 litros por mês, resultando um consumo anual total de 1.983,00 unidades nas três unidades, conforme registrado nos meses de 01/2019 à 12/2019, sendo majoritariamente a sede o local de maior consumo com cerca de 97 garrações;

2.5. Com a previsão de possível aumento de consumo em determinados setores da edificação, assim como a possibilidade de utilização por situações diferenciadas de bebedouros industriais encanados com filtros nas delegacias, optou-se pelo aumento de 50 % a previsão de manutenção na estimativa de consumo, resultando uma previsão de estimativa de aumento anual de 1117 galões de 20 litros totais para as três unidades por ano, totalizando 3.000.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada na modalidade Dispensa de licitação, em sua forma eletrônica.

4.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do artigo 1º, § único, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555/2000, e do Decreto 10.024/2019.

### 5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial;

5.2. Fornecer materiais compostos no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

5.3. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.4. Utilizar na higienização dos garrações produtos que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

5.5. Fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a realização das atividades;

5.6. Utilizar lacres, rótulos compostos de materiais recicláveis e/ou biodegradáveis.

### 6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é conforme a demanda solicitada pela Contratante descrita neste Termo de Referência, em remessas parceladas, nos seguintes endereços:

6.1.1. Endereço para as entregas das águas na SEDE, localizada na cidade de Recife: Superintendência de Polícia Federal no Estado em Pernambuco - Centro de Treinamento/Depósito (DNIT) - BR-101, S/N - Km 69,8 - Curado, Recife - PE, CEP: 51240-340;

6.1.2. Endereço para as entregas das águas na Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro: Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro/PE, Rua Carlos Soares de Brito - Centro - Salgueiro - PE - CEP: 56000-000;

6.1.3. Endereço para as entregas das águas na cidade de Caruaru: Delegacia de Polícia Federal em Caruaru/PE, av. dr. Pedro Jordão, n.º 532. CEP: 55012-640.

- 6.2. O prazo de início de fornecimento dos produtos terá início a partir da assinatura do contrato.
- 6.3. O fornecimento de garrações de 20 (vinte) litros será efetuado, sob demanda, ou seja, de forma parcelada, no sistema de substituição de vasilhames (comodato) e de acordo com os estoques de garrações da Contratante.
- 6.3.1. Os pedidos de fornecimento de garrações de 20(vinte) litros respeitarão a demanda da contratante, a qual se resguarda no direito de solicitar, apenas, o quantitativo necessário para o atendimento de suas necessidades.
- 6.3.2. A cada pedido de fornecimento de garrações de 20 (vinte) litros, a contratante enviará correspondência eletrônica (e-mail) para o endereço eletrônico informado pela contratada, informando o quantitativo de galões a serem entregues no endereço da contratante e a data para a entrega.
- 6.3.3. A contratante retornará a correspondência eletrônica confirmando o recebimento do pedido e a aceitando a data para a entrega.
- 6.3.4. A previsão é de que os pedidos ocorrerão, estimativamente, 4 (quatro) vezes por mês, ou, 1 (uma) vez por semana. Essa frequência é apenas estimativa e pode ser alterada, a qualquer momento, de acordo com a necessidade da contratante.
- 6.3.5. A previsão é de que os pedidos sejam enviados nas terças-feiras com as entregas programadas para ocorrerem no dia seguinte, no caso quartas-feiras. Esses dias semanais para os pedidos e para as entregas são apenas previsões estimativas e podem ser alteradas, a qualquer momento, de acordo com a necessidade da contratante.
- 6.4. Cada fornecimento (entrega) será executado conforme descrito neste Termo de Referência.
- 6.5. O fornecimento de água mineral natural potável de mesa acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros, classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, será aceito pela unidade requisitante, observando-se as especificações estabelecidas no item 1 deste Termo de Referência.
- 6.6. O produto será entregue devidamente engarrafado, acondicionado em recipientes de 20 (vinte) litros, com lacre de segurança intacto, invólucro de plástico, rótulo contendo todas as informações necessárias para controle de qualidade, validade e data de engarrafamento, de acordo com o estabelecido na Resolução Anvisa RDC/MS nº 054, de 15/06/2000 e portaria DNPM nº 387/2008 e 358/2009.
- 6.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
- 6.8. O prazo de validade do produto, na data da entrega, não poderá ser inferior a 2 (dois) meses, de acordo com a data de envasamento e de acordo com a legislação pertinente.
- 6.9. Os produtos que na data da entrega já tenham expirado um terço do prazo de validade serão recusados pela Contratante.
- 6.10. O período de entrega poderá ser alterado a critério da Contratante, desde que solicitado pela autoridade competente ou pelo Fiscal do contrato.
- 6.11. Os produtos serão fornecidos pela Contratada, tendo ela capacidade de entregar o mínimo e máximo estabelecido, de unidades por mês, conforme tabela do subitem 1.1, acondicionados adequadamente, de forma a preservar a qualidade e as embalagens.
- 6.12. A Contratante NÃO FICA OBRIGADA a adquirir os produtos na totalidade do valor e quantidade ESTIMADOS.
- 6.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.14. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.15. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.16. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.16.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.17. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.18. As entregas serão executadas conforme discriminado abaixo:
- 6.18.1. A contratante, por intermédio de servidor previamente designado, solicitará ao fornecedor, via e-mail ou contato telefônico, que realize o fornecimento do produto;

- 6.18.2. Os produtos deverão ser entregues, acompanhados de recibo, no prazo máximo de 24 horas após a formalização do pedido, e serão recusados se entregues em desacordo com as especificações do presente Edital e seus anexos;
- 6.18.3. Ocorrendo as hipóteses previstas no item acima, a contratada deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 24 horas, contados a partir da comunicação realizada pelo solicitante;
- 6.18.4. A entrega deverá ser realizada de segunda à sexta-feira, das 7h às 16h, exceto feriados;
- 6.18.5. O local de entrega está indicado no 6.1.
- 6.18.6. O local de entrega poderá ser alterado, mediante prévio aviso de 05 (cinco) dias, a critério da Contratante;
- 6.18.7. Os pedidos efetuados em caráter emergencial deverão ser atendidos no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação da Contratante;
- 6.18.8. Caso a data do prazo final para recebimento coincida com dia em que não haja expediente na Administração, o mesmo far-se-á no primeiro dia útil subsequente;
- 6.18.9. Até o 5º(quinto) dia útil do mês subsequente a contratada emitirá nota fiscal dos produtos fornecidos no decorrer do mês anterior, acompanhada de cópias dos recibos assinados e carimbados pelo requisitante e fornecedor;
- 6.18.10. A Contratada também deverá disponibilizar até 50 (cinquenta) galões de 20 litros sob regime de comodato, de acordo com a quantidade solicitada pelo fiscal do contrato, para atender as necessidades da SR/PF/PE
- 6.18.11. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos que anteceder o horário da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
  - 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, acompanhado de recibo discriminando o pedido, que deverá constar detalhadamente a quantidade fornecida, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia da água fornecida;
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.
- 8.1.8. acondicionar o produto em vasilhames esterilizados, com validade mínima de 02 (dois) meses, sem vazamentos, com lacre plástico, rótulo intacto e conforme legislação em vigor;
- 8.1.9. entregar o(s) produto(s) com rótulo(s), constando nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número da concessão, nome da concessionária, componentes físico-químicos, composição analítica, classificação segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral, volume do conteúdo, carimbo com ano e mês de engarrafamento e prazo de validade, obedecendo ao disposto no Artigo 29, do Capítulo VI do Decreto-Lei N.º 7.841 de 08 de agosto de 1945 – Código de Águas Minerais;
- 8.1.10. remover, às suas expensas, todo o produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 8.1.11. emitir até o 5º(quinto) dia útil do mês subsequente, nota fiscal dos produtos fornecidos no decorrer do mês anterior, acompanhada de cópias dos pedidos assinados e carimbados pelo requisitante e fornecedor, que serão entregues na delegacia descentralizada que recebeu os bens fornecidos;
- 8.1.12. fornecer número de telefone e de fax para contato a fim de atender as solicitações da CONTRATANTE;
- 8.1.13. cumprir as especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 8.1.14. o dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto fornecido com avarias ou defeitos;
- 8.1.15. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- 8.1.16. atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 8.1.17. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos das atividades a serem executadas, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.1.18. apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega do produto, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 8.1.19. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 8.1.20. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 8.1.21. relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer das entregas dos produtos;
- 8.1.22. não permitir a utilização do trabalho do menor;
- 8.1.23. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;
- 8.1.24. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos custos variáveis de sua proposta decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 8.1.25. providenciar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE e em caso de dúvidas quanto à qualidade da água, a devida comprovação, arcando com as despesas resultantes;
- 8.1.26. fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitado e sem ônus, laudo técnico de análise físico-química e microbiológica expedido por laboratório credenciado pela Fiscalização de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, com a finalidade de comprovar a pureza e qualidade da água;

- 8.1.27. o produto deverá apresentar as condições de consumo exigidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, além de ser registrado junto ao Ministério da Saúde;
- 8.1.28. fornecer produtos de boa qualidade, nas quantidades e especificações contidas no Edital, dentro dos melhores padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar;
- 8.1.29. emitir uma Nota Fiscal para o endereço de entrega, a cada mês;
- 8.1.30. encaminhar cada uma das Notas Fiscais para o respectivo endereço de entrega dos galões.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
  - 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.



12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left( \frac{6}{100} \right) \frac{365}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 14. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. **A adjudicação ao licitante vencedor acarreta mera expectativa de direito à eventual contratação.**

#### 15. **DOS PRAZOS DE VALIDADE DOS PRODUTOS**

15.1. Os prazos de validade estão definidos no item 6.8 deste Termo de Referência.

#### 16. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - ii) Multa:
    - (1) moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
    - (2) compensatória de 10% (dez por cento por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
  - v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- a) Quantidade de unidades do bem fornecido (Galões de água conforme descrito neste Termo de Referência) e aprovação pelo comprador.
- 17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 17.4.1. Valor Global: **R\$ 18. 036,00 (dezoito mil e trinta e seis reais).**
- 17.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

**18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

- 18.1. O custo estimado da contratação é apresentado no QUADRO do "subitem 1.5." do "item 1 - DO OBJETO" deste Termo de Referência.

**19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

**20. ANEXOS**

- 20.1. Anexo I - Mapa Comparativo de Preços (SEI 24128212).

**ANDRÉ OLIVEIRA DE SOBRAL**  
Papiloscopista Policial Federal  
Chefe NUMAT/SELOG/SR/PF/PE

**DESPACHO:**

A aquisição de água mineral é essencial para a manutenção das atividades desta superintendência.

Diante disso, **APROVO** o presente Termo de Referência e **JUSTIFICO** a necessidade do produto para atender às necessidades da Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco.

**DANIEL GRANGEIRO DE SOUZA**  
**DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDENTE REGIONAL EM PERNAMBUCO**

Município de Recife, 15 de agosto de 2022.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras  
Atualização: **Junho/2021**



Documento assinado eletronicamente por **HAILTON JOSE RAPOSO, Agente Administrativo(a)**, em 15/08/2022, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE OLIVEIRA DE SOBRAL, Papiloscopista Policial Federal**, em 15/08/2022, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **24558217** e o código CRC **B0B5B8E7**.